

## AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E RESULTADOS ESCOLARES

*Rosineide Pereira Mubarack Garcia*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Jucélia Oliveira Santos*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Eliane Vieira dos Santos*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**Resumo:** As avaliações das políticas públicas educacionais têm como objetivo verificar o processo de ensino-aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade da educação ofertada em instituições escolares. Por meio dos seus resultados é possível que gestores possam tomar decisões que perpassam tanto pela criação de novas metodologias e práticas de ensino, quanto pela reformulação, implementação ou extinção de políticas. Deste modo, este trabalho tem como escopo discutir sobre avaliação das políticas públicas educacionais, apresentando os principais instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira, com enfoque no Saeb. O trabalho é amparado por uma pesquisa de cunho bibliográfico, que buscou uma revisão conceitual nos clássicos. Para dialogar sobre o tema: Azevedo (2005); Castro (2009); Faria (2005); Jannuzzi (2009); Saviani (2008) e Lima (2012) se destacam. Com a pesquisa ficou ainda mais evidente a importância das políticas avaliativas para a manutenção do processo de ensino-aprendizagem, respaldadas pelas macropolíticas educacionais que direcionam o processo em que por elas avaliam e são avaliadas.

**Palavras chave:** Avaliação das políticas educacionais. Educação Básica. Políticas educacionais.

### 1. Introdução

O emprego da avaliação nas políticas públicas educacionais brasileiras ganhou força a partir da década de 1980, se intensificando nas duas décadas seguintes. De tal modo, chegou aos dias atuais de forma abrangente, ocupando lugar de destaque tanto no cenário educacional do Brasil como no mundial. Antes disso, a eficiência dos sistemas de ensino brasileiros e a qualidade da instrução escolar era medida baseando-se, unicamente, no acesso e continuidade dos estudos.

Em decorrência das crises econômicas e sociais que o mundo enfrentava após a década de 1970, instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial - BM e Fundo

Monetário Internacional – FMI, fizeram grandes investimentos, na década de 1990, em países do terceiro mundo e emergentes, como o Brasil, através da concretização de programas para diversas áreas sociais, incluindo a educação. A forte influência desses organismos no campo da educação exigia monitoramento e avaliação da prática docente e dos resultados educacionais, como uma forma de acompanhamento do uso dos recursos investidos e como condição para a continuidade do financiamento.

Dialogando com as recomendações dos órgãos supracitados, o movimento pela reforma da administração pública, nos anos 1990 (encabeçado por ideólogos neoliberais), também priorizava a eficiência e a qualidade da educação, com o mínimo possível de investimento. Cenário em que o Estado brasileiro começava a ser questionado tanto sobre o acúmulo de funções, como sobre os efeitos de suas ações, havendo uma inclinação para repensar qual o papel da máquina estatal, já que ela passou a demonstrar dificuldade de se sustentar com o que arrecadava e de oferecer bens e serviços a contento da população.

Essa regulação da educação é responsável pelo surgimento de várias medidas, no sentido de solucionar a ineficiência presente nos sistemas escolares, ao mesmo tempo em que racionaliza os recursos. Sendo assim, a avaliação das políticas educacionais aparece como uma ferramenta capaz de averiguar a efetividade dos objetivos e dos resultados que propõem, e, simultaneamente, como uma tática para justificar a economia dos gastos públicos nesse segmento, assim como o custo-benefício.

Outro fator que deve ser considerado como indutor da ampliação do campo da avaliação educacional, diz respeito ao avanço sobre o direito à educação, consubstanciado pela Constituição Federal aprovada em 1988. Isto fez com que diversas políticas públicas educacionais fossem implantadas, no sentido de ampliar o acesso e melhoria do desempenho escolar dos estudantes.

Essa ampliação das políticas foi fortalecida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e, como consequência, assistimos a centralização da avaliação sob a égide do Estado. Tanto que, no seu artigo 9º, inciso VI, fica sob a incumbência da União o dever de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996).

Daí torna-se possível compreender como se deu a instituição de avaliações externas em larga escala, dentre as quais merece destaque o Sistema de Avaliação da Educação Básica –

Saeb, por ser considerada a avaliação mais abrangente dessa etapa e também por gerar dados relevantes acerca da situação na qual se encontra a educação do país. A evidência disso é que seus resultados são utilizados como uma das fontes de dados para cálculo da nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

Este artigo discute sobre avaliação das políticas públicas educacionais, apresentando os principais instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira, com enfoque no Saeb, destacando alguns de seus riscos e potencialidades.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que foram utilizados como fonte de investigação artigos científicos que versam sobre políticas educacionais, avaliação de políticas para a educação, sistemas de avaliação e resultados escolares. Está estruturada em três seções. A primeira introduz e contextualiza o tema desenvolvido no decorrer do trabalho. A segunda discorre sobre políticas públicas educacionais brasileiras. A terceira apresenta, de forma breve, os principais instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira, destacando o Saeb. E, por fim, são traçadas algumas conclusões preliminares.

## **2. O Lugar das Avaliações no Ciclo das Políticas Educacionais**

A presente seção se propõe a dialogar sobre as avaliações de políticas públicas educacionais. Neste sentido, suas primeiras linhas são destinadas a tratar a respeito das mais abrangentes políticas educacionais vigentes em nosso país. Num segundo momento, são abordadas as avaliações das políticas educacionais e a importância dos seus resultados para a melhoria da educação escolar.

### **2.1. Políticas Educacionais**

A recente crise política vivenciada no Brasil traz à tona a necessidade de discutirmos sobre as políticas públicas vigentes nas últimas décadas, e analisar os seus resultados enquanto impactos negativos e/ou positivos para a sociedade brasileira, na busca da garantia e efetivação das mesmas, para que seus resultados promovam o bem-estar da sociedade.

Posto isso, faz-se necessário discutir, mesmo que brevemente, o significado de política pública, em função de se alinhar uma compreensão de política educacional, tema de principal interesse deste trabalho.

Azevedo (2003) define política pública como “tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (p. 38), demonstrando o quanto a política está diretamente ligada com a forma de governo vigente e o contexto histórico em que vive a sociedade em questão.

Apresentando uma visão semelhante, porém mais ampliada, Souza (2003, p. 13) conceitua política pública enquanto:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Em desdobramento a essas definições, podemos considerar política pública toda ação (ou ausência dela) e decisão tomadas pelos governos em todas as suas esferas, com participação ou não dos entes privados, buscando impactar positivamente na realidade de grupos e/ou segmentos sociais, culturais, econômicos, dentre outros. Em meio a estes segmentos, destacaremos, neste trabalho, as políticas desenvolvidas para a educação, de grande relevância para a garantia da cidadania e formação humana.

Baseando-se nas conceituações supramencionadas, podem-se inferir políticas educacionais como decisões e ações ou inações governamentais no campo da educação escolar, buscando definir as finalidades de um processo formativo.

As políticas para a educação enquanto programas, ações e decisões governamentais, podem interferir na desigualdade social, trazendo melhorias na qualidade de vida de determinados grupos. A busca pelo melhoramento do sistema educacional brasileiro partiu da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). A partir dela, inúmeros direitos sociais foram adquiridos, inclusive a garantia de uma Educação Básica de qualidade e para todos, o que deu margem para o surgimento de várias políticas no âmbito educacional.

Como exemplo, temos a Lei 9.394/96 conhecida com Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como consequência da promulgação da CF de 88. Esta é a principal lei educacional em vigência e ficou conhecida com Lei Darcy Ribeiro, homenagem feita a este educador que teve papel importante em sua construção. Em seus 92 artigos são apontadas especificidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior, além de outras modalidades de educação. Entre os pontos abordados, a LDB traz a garantia de uma

educação gratuita para o Ensino Fundamental e Médio, as funções e atribuições do governo em suas três esferas (federal, estadual e municipal) e das instituições de ensino, a gestão do ensino e inúmeros outros elementos.

A constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação são marcos histórico na garantia do direito a uma educação de qualidade para todos os indivíduos, sem distinção de raça, cor e etnia, reconhecendo-a como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. Após a promulgação de ambas, novos jeitos de pensar, e concretizar a educação passaram a fazer parte dos debates envolvendo o tema, apontando os avanços necessários para alcançar as suas determinações.

Em virtude disso, apresentou-se nas últimas décadas um aumento expressivo no número de políticas públicas destinadas à educação, aspirando pela melhoria do ensino, do acesso e permanência, estrutura física, da gestão, do material didático, formação de professores, enfim, pela qualidade educacional em geral. Dentre as inúmeras políticas educacionais, algumas delas se destacam como o Plano Nacional de Educação (PNE), e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O PNE tem uma longa história no cenário educacional brasileiro. Apesar de existir uma proposta desde a década de 1960, somente em 1996 tivemos a criação do primeiro plano para o decênio 2001-2010. Como o próprio nome já diz, essa política consiste num plano de educação que estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação organizada em sistemas de ensino, a serem alcançadas no prazo de 10(dez) anos. Neste sentido,

O Plano Nacional de Educação tem como objetivo assegurar a continuidade das políticas educacionais e articular as ações da União, dos estados e dos municípios, ao mesmo tempo que se preserva a flexibilidade necessária para fazer face as contínuas transformações nas áreas sociais. O Plano procura traduzir, em termos de metas claras e objetivas, os princípios norteadores da educação nacional formulados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases, de forma a concretizar os objetivos consagrados nesses documentos. Considerando que a construção de um sistema educacional capaz de oferecer. (BRASIL, 1998, p. 12).

Passados o decênio de vigência, foi realizada uma avaliação geral do plano e constatou-se que inúmeras metas não foram cumpridas dentro do tempo estipulado, devido a alguns problemas pontuados pelo próprio governo, como, por exemplo, os cortes nos investimentos.

Considerada a sua importância frente ao sistema educacional brasileiro, em 2011 o plano foi reformulado. Contudo, em virtude de impasses políticos, ocorridos na gestão do

governo federal da época, as discussões e análise do documento ficaram estagnadas, levando quatro anos de atraso para que a educação tivesse um novo plano. Finalmente, no ano 2014 ele entrou em vigor, com duração até o ano de 2024. Este novo PNE tem como principal característica a objetividade, o que facilita a sua fiscalização e cumprimento do que propõe, além de permitir que as comunidades escolares dialoguem sobre suas metas.

Em 2007 tivemos a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), outra política de grande relevância para o nosso país, com prazo de 15 anos de vigência. Trata-se de um conjunto de programas que visa melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas, pela via do atendimento às escolas com baixo resultado no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Entretanto, o mesmo acabou sendo descontinuado antes desse prazo, mas muitos de seus programas e iniciativas vigoram de forma isolada ao plano até os dias atuais.

Seus princípios eram fundamentados nas subáreas: Educação sistêmica, ordenação territorial e desenvolvimento, buscando desenvolver a educação e o território brasileiro com os propósitos de qualidade e potencialidades. O plano era composto por cinco eixos distintos, sendo eles: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, Alfabetização e Diversidade.

O PDE visava a melhoria do sistema educacional brasileiro, através de medidas para identificação dos problemas e desenvolvimento de estratégias para solucioná-los. Todos os seus planos e programas foram articulados com ações oriundas da união, dos estados e municípios a fim de combater os problemas sociais que dificultam a construção de uma educação que garanta uma aprendizagem qualitativa.

É importante salientar que as políticas mencionadas até aqui, têm como princípio a melhoria do sistema educacional, por reconhecer que o mesmo tem o “compromisso com o aperfeiçoamento humano, com o aprofundamento da democracia, com as demandas de justiça e de cidadania ativa” (LIMA, 2012, p. 15).

Para acompanhar a qualidade educacional e, concomitantemente, o aperfeiçoamento humano, em 2007 o governo criou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que definiu o indicador de qualidade educacional, a partir dos resultados do fluxo escolar e das médias dos desempenhos nas avaliações.

Os resultados do IDEB fornecem o panorama geral da educação brasileira. Seu cálculo é feito a partir da aprovação escolar, informada no Censo Escolar realizado anualmente, e dos resultados das médias das avaliações do INEP (Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Os resultados da Prova Brasil correspondem à média do IDEB por escola e Município e os do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) correspondem aos resultados dos estados e união.

Deste modo, “ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, difundindo e valorizando a cultura do aprendizado, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores dois resultados muito importantes do processo educacional” (BRASIL, 2015, p. 6). Buscando o equilíbrio do sistema de ensino, e, nesta finalidade, assume a responsabilidade de conduzir as políticas públicas que visam à melhoria da qualidade de educação.

## 2.2 Avaliação das Políticas Educacionais

Junto com a ampliação das políticas, nasceu a necessidade de pensar em ações para seu monitoramento e avaliação (FARIA, 2005; JANUZZI, 2011), o que culminou na criação de outras políticas educacionais com este fim. É como afirma Nanni e Santos Filho (2016, p. 130):

[...] é de suma importância que as mesmas sejam avaliadas com o objetivo de oferecer resultados não só utilizáveis como também confiáveis e transparentes, pois o uso responsável dos recursos públicos e é que apenas os programas, projetos e políticas que demonstraram sua eficiência e eficácia sejam mantidos, direcionando dessa maneira a utilização correta e eficiente dos recursos aplicados.

A política de avaliação educacional brasileira avançou consideravelmente nas duas últimas décadas, como implicação das recomendações de mudanças nos sistemas escolares, encabeçadas por instituições financeiras internacionais (ALTMANN, 2002) e pela reforma da administração pública (FAGUNDES; MOURA, 2009).

Nesse contexto, a avaliação das políticas de educação preocupava-se, sobretudo, com a mensuração do nível de alcance das metas e objetivos (produtos) instituídos pelos governos e órgãos financiadores, que pouco se importando com os processos e com mudanças efetivas na realidade das crianças e jovens envolvidos, além de outros fatores intra e extraescolares que interferem na aprendizagem dos alunos, conforme aponta Silva (2010).

A regularização da prática de monitoramento e avaliação do ensino escolar deu-se por meio da implantação de sistemas para todas as etapas e algumas modalidades da educação

formal, constituindo uma sólida política de avaliação educacional. Em conformidade com Castro (2009, p.5),

[...] a política de avaliação engloba diferentes programas, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – Enade, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – Enceja, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes – o mais antigo sistema de avaliação do país no setor educação –, configuram um macrosistema de avaliação da qualidade da educação brasileira.

Alguns desses programas foram sendo aprimorados com o passar dos anos, quer seja pela via de reformulação de práticas já utilizadas, quer seja pelo incremento de novos instrumentos, como é o caso do Saeb, que será abordado no item seguinte.

### 2.2.1 Avaliação da Educação Básica

Não é plausível tratar de avaliações externas em larga escala, sem antes discorrer sobre o Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que conforme descrito no seu próprio portal trata-se de “uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 2018, s/p). Por conseguinte, esse órgão é responsável por realizar todas as avaliações e censos educacionais, além de sistematizar os indicadores da educação, em âmbito nacional.

No portal do Inep, os sistemas e instrumentos de avaliação nacionais estão organizados em duas seções: Educação Básica e Ensino Superior. As principais avaliações realizadas, referentes à primeira seção – foco deste trabalho - são o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Além das avaliações desenvolvidas no Brasil, os jovens brasileiros da Educação Básica ainda passam por avaliação de âmbito internacional, através do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os países avaliados recebem uma nota de 0 a 10. Aplicada no Brasil desde 2000, sob a coordenação do Inep, o país está na corrida para obter

nota 6,0 até 2022, de modo que possa entrar na média dos países que compõem a OCDE. (SILVA, 2010).

O quadro 01 apresenta, de forma sintetizada, os principais instrumentos de avaliação da qualidade da Educação Básica brasileira.

Quadro 01 – Instrumentos de avaliação da Educação Básica

	<b>ANEB</b>  (Avaliação Nacional da Educação Básica)	<b>ANRESC</b>  (Avaliação Nac. do Rendimento Escolar/Prova Brasil)	<b>ANA</b>  (Avaliação Nacional da Alfabetização)	<b>ENEM</b>  (Exame Nacional do Ensino Médio)	<b>PISA</b>  (Programa Internacional De Avaliação De Alunos)
<b>O que é/o que avalia</b>	Avaliação amostral.  Apresenta os resultados do país, das regiões e das UF's, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.	Avaliação censitária.  Apresenta resultados por escola, município, Unidade da Federação e país, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.	De caráter censitário.  Avalia os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática e as condições de ensino nas escolas	Avalia o desempenho individual do aluno ao término da educação básica nas áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e Matemática, mais Redação.	Avaliação amostral.  Avalia sistemas educacionais de 65 países (membros da OCDE e países convidados), nas áreas de Linguagem, Matemática e Ciências.
<b>Quem faz</b>	Alunos das redes públicas e privadas do 5º e 9º anos do EF e no 3º ano do EM, da área rural e urbana.	Alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas de área rural e urbana.	Alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas	Estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio	Estudantes na faixa dos 15 anos dos 65 países participantes
<b>Quando</b>	Bianual	Bianual	Anual	Anual	Triannual

Fonte: Instituto Unibanco (2016), adaptado pelas autoras a partir de dados do Inep/MEC (2018).

A ANEB, ANRESC e ANA fazem parte do Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, instrumento que traz os resultados mais gerais da educação brasileira, o que possibilita o planejamento de políticas educacionais, no sentido de melhorar a qualidade, a equidade e ampliar o acesso à educação.

O Saeb foi criado em 1990, num contexto de reformas educativas, recomendadas por instituições internacionais e por ideólogos da reestruturação do Estado, ambas no auge nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Santos e Lima (2014, p. 31), a partir de sua implantação, “os processos de avaliação foram adquirindo centralidade nas políticas para a Educação Básica”.

Tal sistema tem como objetivo “gerar e organizar informações sobre a qualidade de ensino, possibilitando o monitoramento das políticas públicas e a melhoria da qualidade de ensino no país. [...] monitorar a equidade e a eficiência dos sistemas escolares” (ALTMANN 2002, p. 83). De acordo com Castro (2009), as medidas focadas na aprendizagem e na instituição escolar são as que surtem mais efeitos positivos no progresso da educação, seja no âmbito das experiências nacionais e internacionais.

Nem sempre o Saeb foi tão robusto como é nos dias atuais. No decorrer da sua trajetória, ele passou por algumas reformulações e incorporou outras avaliações, até então realizadas isoladamente, conseguindo se consolidar “como o mais importante e abrangente instrumento de avaliação da Educação Básica em todo o país” (RECK, 2018, p. 416).

Neste caminhar, em 2005, foram incorporadas ao Saeb duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), permanecendo da mesma forma que foi executada até aquele momento, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), antiga Prova Brasil, que visava avaliar a qualidade da educação ofertada nas escolas públicas do país. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi outra que passou a compor o Saeb, em 2013. No ano de 2017, as escolas públicas e privadas de ensino médio também passaram a ser avaliadas pelo Saeb (BRASIL, 2018).

Hoje em dia, a avaliação é realizada a cada dois anos e não envolve todas as escolas do Brasil. Utiliza uma base amostral das redes públicas e privadas de todos os estados da federação brasileira (SANTOS; LIMA, 2014). A partir dos resultados obtidos pelo Saeb, especificamente, as médias de desempenho da Prova Brasil, e do índice de aprovação dos alunos apontados no Censo Escolar, o Inep calcula o IDEB, índice criado em 2007 e vinculado ao MEC. Tem como finalidade medir os avanços na qualidade da Educação Básica no Brasil (SILVA, 2010). Através dele é possível acompanhar o desempenho do

país, dos estados, dos municípios, das escolas e até mesmo da sala de aula, exceto o desempenho individual.

Bienalmente o IDEB atribui uma nota de 0 a 10, para cada escola, rede de ensino, município, estado e para o país. Quanto mais próximo de 10 for a nota, melhor a qualidade da educação. Esse índice estabeleceu uma meta para o país que é a de alcançar a nota 6,0 até 2022 (BRASIL, 2018), que corresponde aos resultados dos países desenvolvidos que fazem parte da OCDE, permitindo que o Brasil consiga ter um dos melhores sistemas de ensino do mundo.

O IDEB é uma ferramenta bem conceituada e de grande valia para nortear ações da gestão. Além de evidenciar o quanto os estudantes estão aprendendo, nas áreas avaliadas, a sua nota também é fator determinante para os governantes aumentar ou diminuir a verba de cada escola, posto que, as unidades que obtêm resultado negativo (baseado na nota atribuída) recebem maior quantia em relação as que conseguem alcançar a média estabelecida para o ciclo.

Heck (2018) alerta que é preciso ter cuidado ao interpretar dados de avaliações de larga escala, porque nem sempre a melhoria dos índices significa que a qualidade da educação avançou. Sobre esse aspecto, Silva (2010, p. 433) aponta que, um dos perigos de um sistema avaliativo complexo é suscitar a “possibilidade da redução dos currículos às áreas e tópicos abrangidos pela avaliação padronizada”, ou seja, os professores podem deixar de ensinar os conteúdos importantes para o processo formativo dos estudantes e dedicar todo o tempo das aulas treinando-lhes para os exames.

Apesar de o Brasil ter avançado muito no aprimoramento de instrumentos de avaliação de políticas educacionais, os governantes, gestores e profissionais da educação, ainda precisam aprender como usar os dados levantados por eles, para poder melhorar a qualidade de ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem no ambiente escolar (CASTRO, 2009; HECK, 2018). Essa necessidade é evidenciada nos resultados do Ideb do último biênio (2016 e 2017), ao apontarem que a qualidade da Educação Básica do país pouco avançou. Houve melhoras apenas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, permanecendo estagnadas as séries finais dessa etapa e o Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Muitas vezes o uso desses resultados é reduzido a culpar e responsabilizar os profissionais locais da educação pelo fracasso dos alunos, além de incitar concorrência entre as escolas e redes de ensino (OLIVEIRA; GARCIA, 2014), desconsiderando a importância das informações geradas para desenvolver estratégias e nortear ações de melhorias da

qualidade do ensino brasileiro (SAVIANI, 2008), já que esse é o objetivo primeiro das avaliações externas.

### 3. Conclusões

O presente trabalho traz uma importante discussão para o âmbito educacional, quando dialoga sobre políticas públicas e políticas de avaliação, ambas voltadas para a educação. Discorrer sobre essas políticas nunca foi tão atual e necessário, ora pela necessidade de implementá-las de forma a qualificar cada vez mais os resultados escolares e a qualidade do ensino, ora pelo cenário político, econômico e social em que vive o país.

As políticas educacionais oriundas da promulgação da CF de 1988 e da LDB de 1996 buscam, incessantemente, a melhoria do sistema educacional brasileiro de forma integral, e que a educação seja garantida para todos que tenham direito a ela. Por outro lado, há uma preocupação dos gestores com a qualidade da educação ofertada, traduzida no nível de aprendizagem dos estudantes, não obstante, o cumprimento e monitoramento das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Para verificar se o processo educacional, suas metas, planos e objetivos vêm garantindo um processo de aprendizagem que desenvolva de forma integral os estudantes, foram desenvolvidas avaliações em larga escala tanto para aferir a qualidade educacional, quanto para repensar os processos que a envolve, no intuito de auxiliar na tomada de decisão.

As ações podem partir tanto dos gestores governamentais por meio de: promulgação de novas leis, parâmetros, planos, além de extinguir ou ampliar os já existentes, quanto dos gestores escolares, pensando iniciativas para a sua escola, repensando a prática, criando novas metodologias de ensino dentre inúmeras outras possibilidades. Deste modo, o presente artigo contribui para fortalecer o diálogo sobre a temática discutida, ampliando os horizontes para o debate sobre as políticas de avaliações que direcionam todo o sistema educacional brasileiro.

Contudo, reafirmamos a importância do diálogo, reconhecendo que não se faz educação sem debates. Como também apontamos a necessidade de conhecermos os mecanismos de verificação da qualidade do ensino ofertado em nosso país, para que possamos, enquanto comunidade/alunos/educadores/pais/gestores, contribuir no processo, junto aos espaços escolares.

## Referências

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 04 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acesso em: 22 out. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 04 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação** - Brasília, 1998. 129p.

\_\_\_\_\_. **O Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>, acessado em 29 de outubro de 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18. jan./jun. 2009.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Ballinhas de. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 89-103. jan./jun. 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **RBCS**, vol. 20 nº 59 outubro/2005.

HECK, M. F. Sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB): compreendendo a realidade educacional. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 11, 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. **Aprendizagem em Foco** - nº 8, abr. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliações de Programas Sociais no Brasil: Repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas, PPP**, nº 36, jan./jul. 2011.

LIMA, L. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012, 127 p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete política educacional. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/politica-educacional/>>. Acesso em: 21 de nov. 2018.

NANNI, Giovanni; SANTOS FILHO, José Camilo dos. Importância da Avaliação das Políticas Públicas Educacionais. Instrumento: **R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Larissa Fernanda dos Santos; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Políticas de Avaliação Educacional no Brasil: concepções e desafios. In: **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. 2014, Porto. Anais. Porto: ANPAE, 2014, p. 01-15.

SANTOS, André Vitor Fernandes dos; LIMA, Letícia Terreri Serra. Políticas Públicas Em Educação: a avaliação como um problema curricular contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v.7, n.1, p.26-40, Janeiro a Abril, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SILVA, Isabelle Fiorelli. O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 427-448, set./dez. 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

#### ***Rosineide Pereira Mubarack Garcia***

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social; Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Avaliação e Tecnologias (GEAT); E-mail: [rose.mubarack@ufrb.edu.br](mailto:rose.mubarack@ufrb.edu.br).

#### ***Jucélia Oliveira Santos***

Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Servidora Técnica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Brasil; E-mail: [juoli.ufrb@gmail.com](mailto:juoli.ufrb@gmail.com).

#### ***Eliane Vieira dos Santos.***

Especialista em Gestão e Planejamento Escolas pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Discente da Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e digital pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Avaliação e Tecnologias (GEAT) da UFRB. E-mail: [elianevquirino@hotmail.com](mailto:elianevquirino@hotmail.com).